

O SOFT POWER COMO UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA E SUA ESTRATÉGIA NA ÁFRICA SUBSAARIANA

*SOFT POWER AS AN INSTRUMENT OF CHINESE
FOREIGN POLICY AND ITS STRATEGY
IN SUBSAARIAN AFRICA*

Felipe Augusto Heiermann¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O enorme desenvolvimento econômico que a China vive nos últimos anos têm sido o pano de fundo para uma política externa baseada no soft power que se difunde em diversas regiões do globo, principalmente África e Sudeste Asiático. Tal política tem sido usada pelos chineses para suprir suas demandas internas de recursos primários, favorecimentos na Organização das Nações Unidas, maior adesão na política de “Uma só China”, bem como refutar a ideia mundialmente difundida de que o desenvolvimento chinês seria uma ameaça global. Através da política de soft power, a China procura afirmar que o desenvolvimento chinês é uma oportunidade de desenvolvimento mútuo e pacífico. Presente artigo pretende analisar essa estratégia chinesa bem como seus objetivos na África Subsaariana, maiores centros dos investimentos econômicos e culturais chineses nos últimos anos.

Palavras-chave

Soft-power. Estratégia. Política Externa. China;

Abstract

The enormous economic development that China has experienced in recent years has been the backdrop for a soft power-based foreign policy that spreads across the globe, especially in Africa and Southeast Asia. Such a policy has been used by the Chinese to meet their internal demands for primary resources, favors at the United Nations, greater adherence to the "One China Policy" and to refute the widely held view that Chinese development would be a global threat. Through the policy of soft power, China seeks to assert is that Chinese development is an opportunity for mutual and peaceful development. This article aims to analyze this Chinese strategy

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com extensões na Université Lumière Lyon II e Institut d'Études Politiques da Sciences Po.

as well as its objectives in Sub-Saharan Africa, major centers of Chinese economic and cultural investment in recent years.

Keywords

Soft-power.Strategy. Foreign Policy. China.

1. INTRODUÇÃO

Em um período de três décadas, a China transformou-se de um Estado agrícola, autônomo e voltado para dentro em uma potência econômica global que perde apenas para os Estados Unidos. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2014 o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, medido em dólar estadunidense por poder paritário de compra (PPP), tinha passado ao segundo lugar no nível mundial, depois da China. Em 2015 a diferença entre o PIB chinês e o dos Estados Unidos se ampliou. As projeções de PwC indicam que em 2030 a economia estadunidense representará apenas 66% da economia chinesa e em 2050, o PIB de Estados Unidos estará em terceiro lugar, depois da Índia e da China.

Desde a abertura iniciada nos anos 1980 por Deng Xiaping e depois nos anos 2000 com o going out policy, a presença chinesa no continente africano fortaleceu-se consideravelmente tanto de forma política quanto econômica. De acordo com o Diplomats Project da Universidade de Denver (2016), a China possui 52 Embaixadas e Consulados em África, mais que os Estados Unidos (com 49), França (com 47) e Brasil (com 36). O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), principal órgão de cooperação e diálogo entre África e China, reúne cada ano mais líderes interessados na cooperação. As visitas oficiais da cúpula chinesa ao continente africano também aumentaram. De acordo com o Development Reimagined (2018), a cúpula chinesa fez um total de 79 visitas a 43 países africanos diferentes nos últimos 10 anos. O comércio internacional entre a China e os países africanos cresceu exponencialmente, saltando de US\$ 491 milhões em 2003 atingindo US\$ 148 bilhões em 2017 (CARI, 2019). Além do comércio, de 2000 a 2017, o governo chinês estendeu mais de US\$ 143 bilhões

em empréstimos a governos africanos e suas empresas estatais (CARI, 2019).

No 19º Congresso do Partido Comunista da China (PCC), em outubro de 2017, o presidente Xi Jinping chamou de “soft power com características chinesas” uma política que tem sido usada pelos chineses a fim de refutar a ideia mundialmente difundida de que o desenvolvimento chinês seria uma ameaça global. O que se procura afirmar, é que o desenvolvimento chinês é uma oportunidade de desenvolvimento mútuo e pacífico. Exemplo dessa visão, seria o mega projeto One Belt & One Road (OBOR), desenvolvimento de infra-estruturas e iniciativas de investimento que se estendem do leste da Ásia à Europa. As ferramentas do soft power chinês, no entanto, seriam mais extensas do que aquelas definidas por Joseph Nye, que, exclui notavelmente as ferramentas econômicas de sua análise, integrantes do soft power na visão chinesa. Nesse sentido, o soft power chinês, ou "ofensiva de charme" da China como tem sido chamada (KURLANTZICK, 2007, p. 1), inclui ferramentas culturais e ferramentas comerciais/econômicas. Alguns exemplos dessa abordagem suave, são a diplomacia pública, programas de intercâmbio, ajuda ao desenvolvimento, empréstimos, mídia, dentre outros. A maior parte dessas abordagens foi aplicadas no continente africano, fazendo parte de uma estratégia de política externa dos governos de Ju Jiantao e Xi Jinping.

2. O SOFT POWER DE JOSEPH NYE E O SOFT POWER CHINÊS

A China aplicou suas próprias características à teoria do poder brando de Nye. Os chineses transcendem o conceito original de soft power para incluir "qualquer coisa fora do âmbito militar e de segurança" (KURLANTZICK, 2007, p. 6). Heng (2010, p. 282) explica que a definição chinesa de soft power deve adicionar desenvolvimento econômico, cooperação diplomática e acordos de investimento, instrumentos anteriormente excluídos por Joseph

Nye. Em um afastamento adicional da teoria de Nye, os chineses enfatizam que *hard power* e *soft power* são inseparáveis (MINGJIANG, 2008, p. 9). Nye (2004, p. 5), explicita que “quando a cultura de um Estado inclui valores universais, aumenta a probabilidade de obter os resultados desejados por meio da atração”. Nesse ponto, encontramos outra diferença entre o enfoque de Nye e o chinês. Na relação entre China e África, os “valores universais ocidentais”, como direitos humanos, liberdade e democracia, são substituídos por valores confucionistas, mais tangíveis aos valores orientais (CHAN, 2013, p. 53). Tais valores propagados por Confúcio incluem harmonia, igualdade, irmandade e reciprocidade, exatamente os valores que permeiam as relação sino-africanas. Além do confucionismo, os chineses incorporam em seu poder brando características que são encontradas no taoísmo e no budismo, como “paz e harmonia”, “governança benevolente”, “respeito pela virtude” e “harmonia sem suprimir diferenças” (MINGJIANG, 2008). Ou seja, tem-se assim um *soft power* com características chinesas, uma vez que integra características descritas por Nye, bem como características desenvolvidas pelos chineses que se integram aos objetivos da política externa chinesa para influenciar politicamente os Estados.

Os “Princípios de Coexistência Pacífica”², pilar fundamental da política externa chinesa, são uma importante base do *soft power* chinês. Através deles, a China, nas suas relações com os demais Estados, enfatiza a igualdade, o benefício mútuo e o respeito pela soberania do Estado (CHAN, 2013, p. 23). Como afirmado por Tremblay (2007, p. 506), o “uso que a China faz do seu *soft power* busca aumentar a consciência das intenções de seus líderes e convencer a comunidade internacional da natureza pacífica da sua emergência e das oportunidades que representa para seus parceiros”. Segundo Xi Jinping (2013, p. 196):

² Tais princípios são o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de outro país, igualdade e benefício mútuo e o princípio da coexistência pacífica.

“Devemos dar atenção especial à criação da imagem do nosso país, mostrando como pontos prioritários a imagem de um grande país com uma civilização de profunda conotação histórica, unidade étnica e diversidade e harmonia cultural; a imagem de um grande país do Oriente com administração política honesta, desenvolvimento econômico, prosperidade cultural, estabilidade social, unidade do povo (...) a imagem de um grande país responsável, que persiste no desenvolvimento pacífico, promove o desenvolvimento comum, salvaguarda a equidade e a justiça internacional e contribui para a humanidade”.

É notável que a literatura do *soft power* tenha ganhado considerável recorrência nos estudos oficiais chineses. Depois de uma pesquisa no *Chinese National Knowledge Infrastructure* (CNKI), é possível notar que no período entre 1994-2000 haviam cerca de 8 artigos que remetiam ao *soft power*. Esse número saltou para 53 entre 2000-2004 e hoje existem cerca de 28 mil artigos que remetem ao *soft power*³.

Existe uma dificuldade de se diferenciar os recursos de soft power dos recursos de hard power, e, esse é o ponto no qual ocorre uma diferenciação na abordagem do soft power entre os chineses e Nye (YONGNIAN & CHI, 2007, p. 6). Isso ocorre porque, o que para um Estado pode ser considerado poder brando, para outro Estado pode ser considerado poder duro. Segundo Yongnian & Chi (2007, p. 6-9), se um ator é forçado a aceitar algo que não lhe agrada, tal recurso pode ser considerado um poder duro. Por exemplo, apoio militar normalmente é visto como hard power, no entanto, se um Estado procura ativamente por esse recurso e aceita positivamente os exércitos em seu território, pode-se considerar como soft power. Não há, nesse sentido, um recurso que seja soft power ou hard power absoluto na política mundial, especialmente do ponto de vista chinês (YONGNIAN & CHI,

³ Número de artigo encontrados no dia da pesquisa (18 ago. 2018)

2007, p. 6-9). O fato de um recurso de poder ser suave ou duro depende das percepções e sentimentos de vários atores em situações específicas. Se faz necessário levar em consideração o ator e a situação em questão. Devido aos diferentes graus de aceitação, a potência pode ser geralmente dividida em *hard power*, *soft power* e *bargaining power*. Este último refere-se ao meio termo entre *soft power* e *hard power* e está centrado na negociação. Pode ser geralmente observado em negociações bilaterais e multilaterais em instituições internacionais (YONGNIAN & CHI, 2007, p. 9). Nesse sentido, a eficácia branda ou dura de um recurso de poder, por exemplo, deve ser analisada a partir de três perspectivas: horizontalidade, verticalidade e relatividade (ZHENG & ZHANG, 2012, p. 28).

A Horizontalidade do *soft power* quer dizer, que, durante um único período, a mesma fonte de poder pode ter diferentes efeitos em diferentes Estados ou grupos de interesse (ZHENG & ZHANG, 2012, p. 29). Segundo os autores, por exemplo, durante a guerra do Oriente Médio, a assistência crítica dos EUA a Israel pode ser vista como um poder duro para os países árabes envolvidos, mas também mostrou a eficácia do poder brando para o lado Israelense, porque Israel estava disposto a aceitá-lo. A verticalidade, por sua vez, quer dizer que o mesmo recurso de poder pode ter diferentes efeitos no mesmo Estado ou grupo (ZHENG & ZHANG, 2012, p. 29). Por exemplo, segundo os autores, durante a invasão do Afeganistão na antiga União Soviética nos anos 80, os Estados Unidos forneceram assistência militar de várias maneiras às milícias islâmicas locais que lutavam contra a ocupação da União Soviética. Na época, o envolvimento militar dos EUA no Afeganistão indicava uma espécie de eficácia de poder brando para as milícias islâmicas. Notavelmente, hoje, algumas das atividades de resistência podem ser vistas como comportamentos terroristas. Por fim, a relatividade do *soft power*, em muitas circunstâncias na política internacional, a eficácia branda ou dura de um recurso de poder é relativa e não absoluta (ZHENG & ZHANG, 2012, p. 29). Nesse sentido, a China tem elaborado seu próprio *soft power*, de modo a discordar das concepções de Nye.

Os inúmeros e fortes investimentos que a China realiza no continente africano, por exemplo, para os chineses, não são hard power como na concepção de Nye, e sim soft power, uma vez que a China, através dessa estratégia busca ganhar mentes e corações (WASSERMAN, 2018). Esse é o soft power com características chinesas.

2.1 Soft power Chinês na África

Como a ascensão da China exigiu que o país pensasse em termos de seu soft power, o governo chinês prestou cada vez mais atenção à diplomacia pública. A China construiu, ao longo dos anos, uma estratégia global e também desenvolveu ferramentas de influência sofisticadas, que ela emprega em todo o mundo. Essas ferramentas se enquadram, segundo Kurlantzick (2007, p. 62), num incremento na diplomacia pública.

Um dos aspectos importantes no que concerne o soft power com características chinesas é a importância dos meios de comunicação de massa na África (LI, 2008, p. 294). O governo chinês investiu US\$ 8,7 bilhões na sua estratégia de “publicidade externa”, principalmente no “*Big Four*”: Televisão Central da China (CCTV), Rádio Internacional da China (CRI), Agência de Notícias Xinhua e *China Daily Journal* (SHAMBAUGH, 2010). Em 2006, a China transplantou a sede regional da Xinhua de Paris para Nairóbi, o que marca simbolicamente essa estratégia (BÉNAZÉRAF, 2014, p. 19). Nos fins de 2011, a rede Xinhua já havia consolidado 30 escritórios, dos quais 24 se localizavam na área subsaariana (BÉNAZÉRAF, 2014, p. 19). O aumento da presença da mídia chinesa na África faz parte das políticas e estratégias econômicas mais amplas e de longo prazo do país (WASSERMAN, 2018), e, a China, ao promover uma boa imagem do seu país, consegue apoio para os interesses estrangeiros chineses em África. Outro grande exemplo é o O Fórum sobre Cooperação entre Mídia China-África que é uma nova adição ao portfólio de engajamentos de soft power da China. Em junho de 2018, o PCC realizou o Quarto Fórum Anual que reuniu 400 membros de agências de mídia privadas e

estatais africanas para discutir o ambiente da mídia global, o estado da mídia africana e a transmissão digital. Como resultado, vários acordos foram assinados. Dentre eles está um acordo que visa instalar televisão digital em 10 mil vilarejos na África Subsaariana (NANTULYA, 2018). A radiodifusão é de vital importância para a China, uma vez que procura influenciar os debates sobre políticas e combater as narrativas negativas. Além disso, em 2017, o China-Africa Press Center, um braço especializado do Ministério das Relações Exteriores da China, realizou seu terceiro programa de intercâmbio de 10 meses para profissionais de mídia africanos. Os tópicos do treinamento incluíram gerenciamento de mídia, ética, política e cultura da China e relações China-África, tudo parte da campanha de Xi para "aumentar o poder brando da China, dar uma boa narrativa chinesa e comunicar melhor a mensagem da China ao mundo" (NANTULYA, 2018).

Há uma estreita relação entre os partidos políticos chineses e os africanos. Em 2002, o PCC havia estabelecido relações com mais de sessenta partidos políticos em mais de quarenta países subsaarianos (ANSHAN, 2002, p. 24), dos quais mais de trinta eram partidos governantes (ANSHAN, 2002, p. 16-19). Em 2006, vinte e um partidos africanos enviaram suas delegações à China, enquanto catorze delegações do PCC visitaram a África (ANSHAN, 2002, p. 16-19). Durante essas visitas, os dois lados discutiram uma ampla gama de tópicos, como política, economia, cultura e relações militares. Além do contato entre as partes, a China e a África também aumentaram as trocas entre seus congressos e parlamentos. O PCC se relaciona com uma gama de partidos, no entanto esse relacionamento não se limita à política partidária, mas se estende à cooperação econômica e ao intercâmbio cultural (ANSHAN, 2002, p. 26). No novo século, com o desenvolvimento das mudanças internacionais e a necessidade dos assuntos internos, o PCC esforça-se em expandir sua diplomacia externa, enriquecer formas e contatos de trocas, ativando, assim, seus contatos com os partidos africanos (LIQING, 2006). Por exemplo, em 2000, Jia Qinglin, então secretário do PCC de Pequim, visitou Uganda e promoveu a cooperação no comércio de café. Os secretários do

PCC Shandong Wu Guanzheng, Guangdong Zhang Dejiang e Hubei Yu Zhengsheng visitaram a África em 2001, 2004 e 2005, respectivamente, e suas grandes delegações econômicas e comerciais assinaram acordos de cooperação com países africanos (ANSHAN, 2002, p.18). A mudança promoveu grandemente a cooperação entre a China e a África e tornou-se um componente importante na política africana da China. Os partidos africanos e o PCC se reúnem regularmente. Em julho de 2018, um diálogo de dois dias reuniu o PCC e mais de 40 partidos políticos e organizações de quase 40 países africanos na Tanzânia (XINHUA, 2018). Segundo Song Tao, chefe do Departamento Internacional do Comitê Central do PCC, “o PCC está pronto para trabalhar em conjunto com os partidos políticos africanos para promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a China e a África” (XINHUA, 2018).

A nova diplomacia pública chinesa também inclui a criação de redes de cúpulas destinadas a reunir um bom número de líderes. Essas cúpulas permitem que a China enfatize seu papel pacífico e como parceiro potencial para investimentos e comércio. O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) é o maior símbolo da aproximação entre ambos. O FOCAC foi fundado em 2000, na primeira Conferência Ministerial em Pequim e faz parte de um tendência de cooperação sul-sul que oferece uma alternativa aos mecanismos tradicionais de assistência ao desenvolvimento. O objetivo é fortalecer a cooperação econômica e as relações comerciais sino-africanas para estabelecer uma nova ordem internacional que melhor refletirá as necessidades e interesses da China e da África. Desde 2000, o FOCAC aconteceu sete vezes e cada reunião teve como fruto um Plano de Ações, que, dentre muitas outras características, concordou com a instalação do Centro de Cooperação Ambiental China-África, o lançamento do Projeto de Inovação Verde China-África (BPC, 2016) e do projeto “Centro Conjunto de Pesquisa China-África” que promove cooperação em proteção à biodiversidade, prevenção e tratamento de desertificação, manejo florestal sustentável e demonstração de agricultura moderna.

A China apoiará a África a implementar 100 projetos de energia limpa e proteção à vida selvagem, projetos agrícolas favoráveis ao meio ambiente e projetos de construção de cidades inteligentes além de US\$ 2,89 bilhões para instituir o Fundo de Cooperação Sul-Sul da China em prol de apoiar outros países em desenvolvimento a combater as mudanças climáticas e elevar suas capacidades de acesso ao Fundo Climático Verde (BPC, 2016). Durante o FO-CAC 2018, o presidente Xi Jinping prometeu US\$ 60 bilhões em ajuda financeira aos países africanos (AFRICA, 2018). Além disso, em setembro de 2018, a União Africana abriu um escritório de representação em Pequim (AF, 2018), marcando simbolicamente a aproximação entre China e África.

A promoção dos estudos da cultura chinesa e da língua chinesa é um componente importante do poder brando. O Instituto Confúcio é um exemplo dessa estratégia⁴. De acordo com o site de língua inglesa da Hanban, a iniciativa “visa promover relações amistosas com outros países e melhorar a compreensão da língua e cultura chinesas entre o mundo” (HANBAN, 2018). Também trabalha para apoiar professores chineses que trabalham no exterior no aprendizado, instalações e fornece treinamento para esses professores na China em um programa de graduação da Educação Chinesa Aplicada (ZAHARNA, 2014, p. 14). Desde a sua criação em 2004, o programa cresceu rapidamente em todo o mundo. Atualmente, possui uma rede de 1.086 afiliadas (440 institutos e 646 salas de aula) em 120 países (ZAHARNA, 2014, p. 7). Entre organizações culturais similares, somente a Aliança Francesa tem mais de 1.000 salas de aula ou instituições, e somente esta o Conselho Britânico estão em mais de 100 países. Mas a organização francófona foi criada há mais de 120 anos e o British Council tem 80 anos (ZAHARNA, 2014, p. 7). No continente africano, existem 59 Institutos Confúcio, 6 na África do Sul, 4 no Quênia, 2 na Nigéria, Etiópia, Madagascar e Tanzânia (HANBAN). Os demais países possuem um Instituto. Visualiza-se assim um claro interesse da

⁴ Sediado em Pequim, é patrocinado pelo Escritório Nacional da China para o Ensino de Chinês como Língua Estrangeira, ou Hanban.

China nesse âmbito. Como componente do conceito mais amplo de diplomacia pública, a diplomacia cultural pode ser entendida como um meio pelo qual o soft power é exercido (ZAHARNA, 2014, p. 48). Na Universidade Makerere, em Uganda, foi inaugurado um Bacharel em Estudos Chineses e Asiáticos. Nos últimos anos, a China reforçou sua ajuda à educação em outros países em desenvolvimento, ajudando a construir cerca de 100 escolas primárias rurais, aumentando as bolsas de estudo governamentais e o número de professores que recebem treinamento na China (CHINA, 2011). China e África também assinaram acordos para o ensino do mandarim nas escolas primárias sul-africanas. Em 2016, por exemplo, um total de 44 escolas primárias sul-africanas introduziram o mandarim como língua de ensino (XINHUA, 2016). Em Uganda, 35 escolas secundárias possuem aulas de mandarim bem como o Luyanzi College, no Quênia, que introduziu o mandarim como opção de ensino (QZ, 2018).

O número de estudantes africanos na China cresceu exponencialmente desde que essa política de soft power foi levada mais a sério. Durante a Cúpula do FOCAC de 2015, realizada em Johannesburgo, a China se comprometeu a fornecer 30.000 bolsas a estudantes africanos até o final de 2018 e a financiar US\$ 60 bilhões para implementar 10 planos de cooperação, um dos quais em torno do ensino superior. Na Cúpula FOCAC em 2018, o governo chinês prometeu fornecer à África 50 mil bolsas de estudo do governo e 50 mil oportunidades de treinamento para seminários e oficinas. Também prometeu convidar 2.000 jovens africanos a visitar a China para intercâmbio cultural. No contexto africano em geral, 2.400 estudantes quenianos estudam na China (NAKKAZI, 2018). Além disso, um total de 1.019 estagiários de 48 países africanos foram treinados desde 2007 no campus da Ningbo Polytechnic na província de Zhejiang, que oferece programas de gerenciamento portuário e marítimo, educação e manutenção de automóveis (NAKKAZI, 2018). A China possui em parceria com África um Programa de Treinamento de Liderança, que inclui treinamento a parlamentares, governos locais, grupos políticos e partidos da oposição (NAN-

TULYA, 2018). Organizado pela Central Party School do PCC, os treinamentos cobrem a teoria e a prática de construção de partidos, técnicas de propaganda, treinamento e desenvolvimento de quadros e gerenciamento de interações entre o partido, o governo e as forças armadas. A China também patrocina programas para as ligas juvenis do partido governante através do Fórum de Jovens Líderes China-África. Em 2018, foi realizada na província de Guangdong por 70 jovens líderes africanos de mais de 40 partidos governamentais (NANTULYA, 2018). Outro programa, o de Cooperação do Governo Local China-África, é responsável pelo treinamento de centenas de administradores de governos locais africanos todos os anos. O fórum mais recente em maio de 2018 discutiu o alívio da pobreza. No total, mais de 1.000 funcionários de governos locais africanos de mais de 40 países africanos participaram nestes programas desde que começaram em 2012 (NANTULYA, 2018).

No que concerne o soft power econômico, de 2001 a 2011, a China destinou US\$ 75 bilhões em ajuda ao continente (FOREIGN POLICY, 2018). Diferentemente da assistência ocidental, que vem principalmente na forma de transferências diretas de dinheiro e material, a assistência chinesa consiste principalmente em créditos de exportação e empréstimos para infraestrutura que são rápidos, flexíveis e sem condições. As principais áreas de investimentos são mineração, finanças e infraestrutura (WRI, 2015), incluem a construção de aeroportos, universidades, escolas, rodovias, zonas econômicas especiais, etc. Exemplos simbólicos do soft power econômico exercido pela China na África foram a construção da sede da União Africana, em Adis Abeba, no valor de US\$ 200 milhões, a construção da sede da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, em Abuja, no valor de US\$ 31 milhões, totalmente financiados pelos chineses e a construção do Parlamento de Zimbábue, em Mount Hampden, estimado em US\$ 100 milhões.

Angola, por exemplo, é a principal beneficiária das doações e ofertas de pacotes da China. Vários projetos foram financiados pela China em Angola, de 2002 a 2014, em diversas áreas como água e saneamento (US\$ 590 milhões, em 9 projetos), trans-

portes (US\$ 330 milhões, em 21 projetos), indústria, mineração e construção (US\$ 17 milhões) saúde e educação (US\$ 1 bilhão, em 33 projetos) (AID DATA, 2016). Os projetos envolvem desde a construção de sistemas de irrigação, tratamento e distribuição de água, até construção de casas, escolas, hospitais, rodovias, pontes e aeroportos (AID DATA, 2016). Desde 2004, o Exim Bank da China ofereceu a Angola empréstimos de US\$ 2 bilhões para financiar a reconstrução da infra-estrutura do país, destruída por décadas de guerra (COOKE, 2008, p. 30). Segundo Aguinaldo Jaime, vice-primeiro ministro angolano, a China chegou a Angola com uma assistência valiosa num momento em que a comunidade internacional recusava, insistindo em condições excessivas e irracionais para uma assistência mais robusta (COOKE, 2008, p. 30). O setor de energia, especialmente petróleo possui os maiores investimentos pela China. Exemplos são uma Linha de Crédito no Setor Petrolífero de US\$ 2,5 bilhões, em 2007, a compra de uma plataforma de petróleo, em 2010, por US\$ 1,9 bilhões, e empréstimos para a SONANGOL em 2013 e 2011 totalizando US\$ 3,3 bilhões (AID DATA, 2016). Em 2016, 27% de todo petróleo africano era exportado por Angola (ATLAS, 2016). Fazendo uma análise das importações e exportações angolanas de 2016, pode-se observar o seguinte: 90% das suas exportações são de petróleo bruto, do qual 54% é exportado para a China (ATLAS, 2016).

De acordo com o China Global Investment Tracker (CGIT), foram investidos US\$ 49,28 bilhões na Nigéria entre 2005 e 2018, dos quais US\$ 18 bilhões para o setor de energia e US\$ 23 bilhões para o setor de transporte. Segundo a Corporação Nigeriana de Petróleo, a maior produtora de petróleo offshore da China, a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) Limited, pagou US\$ 2,3 bilhões por uma participação em um campo de petróleo e gás nigeriano (NNPC, 2008). Os projetos financiados pela China na Nigéria vão desde a modernização e construção de rodovias, escolas, hospitais, abastecimento de água, até créditos em exportação de satélites e construção de redes de telecomunicações. O EXIM proveu dinheiro para a construção da Usina Hidrelétrica de

Mambilla, financiando 85% do custo estimado do projeto de US\$ 5,8 bilhões, enquanto o financiamento remanescente de 15% virá do Governo Federal da Nigéria. No quesito energia, o mais importante acordo é o direito de exploração, por parte da China, em quatro blocos petrolíferos (CHEN, 2018, p. 5). No caso nigeriano, a China assinou vários acordos comerciais, uma vez que a Nigéria tem reservas significativas de petróleo e prevê a duplicação da sua produção até 2025 (PARUK, 2014, p. 132).

A África do Sul é outro grande recipiente dos investimentos chineses. Nos setores da indústria, mineração e construção houve uma série de acordos e investimentos, tais como, um Acordo para Produção do Aço, em 2006, no total de US\$ 2 bilhões, Acordo para a Instalação Especial de Pequenas e Médias Empresas, em 2018, por US\$ 500 milhões, produção do carvão metalúrgico, em 2018, por US\$ 90 milhões e a construção de um complexo metalúrgico, em 2018, por US\$ 10 bilhões (AID DATA, 2016). No setor de energia, a China investe em projetos de fornecimento de energia, desde 2013, por US\$ 2,2 bilhões, construção de uma refinaria na Zona Industrial de Coega, em 2013, por US\$ 13 bilhões e o financiamento a concessionária de energia Eskom, 2018, por US\$ 2,5 bilhões (AID DATA, 2018). No que se refere ao setor energético, as estatais chinesas dominam amplamente o mercado de energia da África subsaariana, completando quase todos os projetos chineses de larga escala (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2016, p. 20).

2.2 Estratégias do soft power na África Subsaariana e seus resultados

Pode-se destacar primariamente três objetivos chineses no continente africano. O primeiro refere-se a política de “Uma só China” que teve importância fundamental desde os anos 1960 quando a China forneceu ajuda a trinta países africanos na luta pela independência, apoiando e financiando suas causas (BRAUTIGAM, 2009, p. 31). Como resultado, a maior parte dos

Estados africanos juraram fidelidade à China. Durante a Revolução Cultural, a China forneceu grandes quantias de ajuda externa à África, apesar das dificuldades econômicas domésticas da China, a juros zero (SUN, 2014, p. 4). Tal ajuda contribuiu para o estabelecimento de relações diplomáticas com dezenove países (SUN, 2014, p. 4). África do Sul foi o último a reconhecer a RPC como representante. A decisão ocorreu em 1996 após negociações que envolveram os três lados. China venceu a barganha após um acordo com Pequim envolvendo US\$ 18 bilhões em investimentos no desenvolvimento do parque industrial Limpopo, o qual criou mais de 500 mil empregos no país (PARUK, 2014, p. 204). Além da África do Sul, outros estados também negociaram como São Tomé e Príncipe (em 1997, um empréstimo de US\$ 30 milhões), Níger (em 1992, empréstimo de US\$ 50 milhões) e do Chade (em 1997, US\$ 125 milhões de empréstimos) (SUN, 2014, p. 5). Apenas um país africano, a Suazilândia, ainda mantém relações com Taiwan.

Em segundo lugar, a China percebeu que os países africanos independentes constituíam um importante bloco de votação dentro da Organização das Nações Unidas (ONU), mais de um quarto, em diversos temas. O status que a China possui no Conselho de Segurança das Nações Unidas permite que a China exerça influência e busque estabelecer credibilidade tanto nacional como internacionalmente, bem como a torna uma aliada atraente para não-membros de Conselho de Segurança das Nações Unidas. Portanto, a política da China na África não é completamente com base no desenvolvimento econômico, mas porque Pequim busca apoio para rejeitar críticas ocidentais de suas políticas domésticas (MARTINEZ, 2015, p. 40). Segundo Martinez (2015, p. 41):

"A China está plenamente consciente do valor da África como um bloco eleitoral regional. O grande número de estados africanos pode dominar e influenciar os resultados de votação de questões relevantes em assuntos internacionais. Com isso em mente, a China tem enfatizado e alimentado suas relações com estados membros africanos de organizações

internacionais. Além disso, o apoio africano através de alinhamentos de votação aumenta a legitimidade interna e internacional da República Popular da China".

A China contou com o apoio dos países africanos na ONU para sua agenda política. A China sofre muitas resoluções na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU), mas, com a ajuda dos países africanos consegue uma não ação nesses casos. Em 2004, por exemplo, os Estados Unidos patrocinaram uma resolução na CDHNU, no E/CN.4/2004/L.37, que pretendia que a China adotasse normas internacionais e transparência em relação aos direitos humanos. No entanto, a China respondeu com uma proposta de moção pedindo "nenhuma ação", que, com a ajuda de 27 estados, incluindo o bloco eleitoral africano que representa metade dos votos, a resolução de "não-ação" foi aprovada (SUN, 2014, p. 5). A proposta foi aprovada com 28 votos a favor, entre eles, os votos de Nigéria e África do Sul, e 16 contrários, além de 9 abstenções. Nesse sentido, pode-se desprender que o bloco africano, destino de grandes investimentos, retribuiu conforme a estratégia chinesa. Além disso, as sanções impostas a China poderiam prejudicar esses países em desenvolvimento, caso fosse aprovadas. O apoio diplomático para a China dentro da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e do CDHNU proporciona um incentivo econômico e político para as nações africanas. Em 2008, a China também foi fortemente criticada na CDHNU por suas ações no Tibete, e, mais uma vez, com o apoio africano, a proposta de resolução não foi aprovada. Em 2013, muitas críticas foram feitas ao Quênia, devido a eleição de Uhuru Kenyatta como presidente e William Ruot como vice-presidente. A resposta da China é um exemplo do compromisso da China com a não-interferência e a soberania do Estado, uma vez que ficou em silêncio

Em terceiro lugar, nas últimas décadas, a China enfrentou problemas com a crescente escassez de matérias primas necessárias para alimentar sua indústria crescente. De acordo com a previsão da Agência Internacional de Energia (2012), a China se tornará a maior importadora líquida mundial de petróleo até 2020,

atingindo cerca de 13 milhões de barris diários de consumo de petróleo até 2035, o que significa que quase 80% de seu consumo dependerá do petróleo importado. A África, representando uma região com um mercado emergente e uma população em rápido crescimento, apresenta muitas oportunidades de negócios. Durante a última década, seis dos dez países que mais cresceram no mundo foram países africanos (MAO, 2017). De acordo com estudos recentes, a taxa de retorno dos investimentos estrangeiros na África é maior do que a de quaisquer outras grandes áreas em desenvolvimento no mundo (MAO, 2017). As perspectivas de aumento da produção doméstica, no entanto, parecem ser mais limitadas. A diferença crescente entre consumo e produção significa que a China se tornará cada vez mais dependente das importações para satisfazer suas crescentes necessidades de petróleo e gás. Ou seja, existe a necessidade da China explorar petróleo ao redor do mundo para conseguir prosseguir seu desenvolvimento. Assim, nas próximas décadas, a China comprará mais petróleo dos estados africanos do que produzirá a partir de suas próprias concessões.

Por fim, a presença chinesa na África não é livre de polêmicas e preocupações. Houve casos de violações trabalhistas e ambientais por empresas de propriedade chinesa que vão desde condições desumanas de trabalho até extração ilegal de recursos naturais, incluindo madeira e peixe. A maior parte dos problemas enfrentados refere-se a área do meio ambiente, que apresenta os maiores desafios. O histórico ambiental da China nos países africanos tem sido alvo de críticas, especialmente na África do Sul, onde a poluição causada pelas empresas chinesas é visível. Ao mesmo tempo, os países africanos estão pressionando a China a investir em mais indústrias geradoras de empregos para os africanos. Por exemplo, a Jeronimo Group Industries & Trading PLC, uma subsidiária da China Phiss, empresa de fabricação de luvas, opera na Somália desde 2008 e os moradores locais queixaram-se de que a empresa despejava resíduos no rio, causando danos à indústria pecuária (SHINN, 2016 p. 40). Em Dakar, manifestações contra a “invasão” de empresas chinesas foram organizadas pela Câmara de

Comércio e Indústria, apesar de serem proibidas pelas autoridades (NIQUET, 2006). No Zimbábue, os produtores locais exigiram a imposição de maiores direitos alfandegários aos produtos chineses, uma demanda que foi rejeitada em nome da amizade de longa data do país com Pequim (NIQUET, 2006).

3. CONCLUSÃO

Presente artigo tentou explorar a estratégia de soft power utilizada pela China em sua política externa no continente africano. Atentou-se para a diferença entre o soft power descrito por Joseph Nye e o soft power chinês, que inclui ferramentas econômicas na discussão, bem como no que se refere aos valores chineses, mais atraentes para os africanos como "paz e harmonia", "governança benevolente", "respeito pela virtude" e "harmonia sem suprimir diferenças". Buscou-se mostrar que a estratégia de charme no continente africano tem como pano de fundo a necessidade da China importar recursos primários para seu insaciável crescimento industrial, bem como favores na ONU, uma vez que o bloco africano apresenta um grande poder de votos. Aliado a isso, também analisou-se a política de "Uma só China, que foi fundamental nos primeiros contatos entre a China e África, como uma maneira da China isolar o poder de Taiwan nas relações internacionais. Para conseguir seus objetivos, a China fez altos investimentos na África, especialmente através de empréstimos e ajuda financeira, investimentos em mídia, programas de intercâmbio, ensino da língua e através de contatos entre o PCC e os partidos africanos.

No entanto, as relações entre China e África não são livres de polêmicas, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente, preservação dos recursos naturais, bem como relações trabalhistas. A estratégia da China na África é, portanto, altamente dinâmica, e joga abertamente em um princípio de "não interferência" que está em contraste com as opções preferidas pelas potências ocidentais. Os projetos chineses em África criam acesso aos recursos naturais e mercados locais africanos, oportunidades de negócios para empresas chinesas e empregos para trabalhadores chineses.

Deve-se, porém, destacar que a ajuda chinesa em África tem beneficiado muitos países e muitos africanos que a partir de então tiveram acesso a universidades de qualidade, infraestrutura, bem como capacidades energéticas e de transporte. É visível que esse relacionamento apresenta suas vantagens e desvantagens.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICA. **"China promises \$60 bn aid to Africa as 2018 FOCAC summit opens"**. 03/09/2018. Disponível em: <https://www.africanews.com/2018/09/03/china-promises-60-bn-aid-to-africa-as-2018-focac-summit-opens/>. Acesso em 12 dez 2018.

AF. **"African Union launches China-funded office in Beijing"**. 05/09/2018. Disponível em: <https://www.africanews.com/2018/09/05/african-union-launches-china-funded-office-in-beijing/>. Acesso em: 22 nov. 2018.

AID DATA. **"China Development Bank loans South Africa \$650 million to construct platinum plant"**. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/41600>. Acessado em: 14 set. 2018.

_____. **"Mapping China's Global Development Footprint"**, 2016. Disponível em: <https://www.aiddata.org/china-project-locations-v-1-0-1>. Acessado em: 06 out. 2018.

ANSHAN, Li **"Chinese Communist Party's Contacts"**, 2018.

BÉNAZÉRAF, David. **"Soft power chinês em África: Reforçar os interesses da China ao nome da amizade sino-africana"**. *Asie Visions*, número 71, 2014. Disponível em: http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/Statistical-Review-2012/statistical_review_of_world_energy_2012.pdf. Acessado em: 13 out. 2018.

BPC. **"Fórum de Cooperação China-África"**. Dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-africa-focac/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRAUTIGAM, Deborah **"The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa"**. Oxford, Oxford University Press, 2009.

CARI, **"China-África Research Initiative"**. Johns Hopkins School of Advanced International Studies, 2019. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>. Acessado em: 14 maio 2019.

CHAN, Stephen. **"The Morality of China in Africa: The Middle Kingdom and the Dark Continent"**, 2013.

CHEN, Yunnan. **"China's Role in Nigerian Railway Development and Implications for Security and Development"**. United States Institute for Peace, Special report 423, abril de 2018. Disponível em: https://www.usip.org/sites/default/files/2018-04/sr_423_chen_final.pdf. Acessado em: 13 out. 2018.

FOREIGN POLICY. "Chinese Aid and Investment Are Good for Africa". 31/08/2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/08/31/chinese-aid-and-investment-are-good-for-africa/>. Acesso em 20 dez 2018.

HENG, Yee-Kuang. "**Mirror, mirror on the wall, who is the softest of them all? Evaluating Japanese and Chinese strategies in the 'soft'power competition era**" International Relations of the Asia-Pacific 10, no. 2, 2010.

LIQING, Li. "**Chinese Communist Party's Contacts with African Political Parties:A History and Status Quo**". CNQI, 2006. Disponível em: "http://en.cnki.com.cn/Article_en/CJFDTOTAL-XYFZ200603003.htm". Acessado em: 22 de Março de 2019.

MINGJIANG, Li. "**Soft Power in Chinese Discourse: Popularity and Prospect**". Working Paper , v. 1, n. 165, 2008.

NYE, Joseph. "**The Paradox of American Power: Why the World's only Superpower can't go it alone**". Oxford, Oxford University Press, 2002.

_____. "**Soft Power: The Means to Success in World Politics**". Nova Iorque: Public-Affairs, 2004.

JINPING, Xi. "**A Governança da China**". Editora de Línguas Estrangeiras Co. Ltda, Beijing, China, 2014.

KURLANTZICK, Joshua. "**Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming**

the World". Nova Iorque: Vail-Ballou Press, 2007.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **"Boosting the Power Sector in Sub-Saharan**

Africa" China's Involvement. OECD/IEA 2016. Disponível em: https://www.iea.org/publications/freepublications/publicationPartner_Country_SeriesChinaBoosting_the_Power_Sector_in_SubSaharan_Africa_Chinas_Involvement.pdf. Acessado em: 03 out. 2018.

LI, Mingjiang. **"Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics"**.

Lanham: Lexington Books, 2009.

MAO, Natalie. **"Is South Africa a gateway for China's investment in Africa?"**. Africa Business Insight, 9/05/2017.

Disponível em: <https://www.howwemadeitinafrica.com/southafrica-gateway-chinas-investment-africa/58479/>. Acessado em: 13 set. 2018.

MARTINEZ, Reyna. **"Chinese Soft power, Africa, and the United Nations General**

Assembly". 2015, University of Nevada, Las Vegas.

NAKKAZI, Esther. **"China ramps up support for African higher education"**, 2018. Disponível em:

<http://www.universityworldnews.com/article.php?story=20180907083412817>. Acessado em: 02 out. 2018.

NANTULYA, Paul. **"Grand Strategy and China's Soft Power Push in Africa"**. Africa Center for Strategic Studies, 2018. Disponível em:

<https://africacenter.org/spotlight/grand-strategy-and-chinas-soft-power-push-in-africa/>. Acessado em: 10 jan. 2019.

NIQUET, Valérie. **"La stratégie africaine de la Chine"**. Politique Étrangère, 2 trimestre 2006. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/0805-Niquet-ANG>. Acesso em: 10 nov. 2018.

OECD. **Observatory of Economic Complexity**. Dados disponíveis em: <https://atlas.media.mit.edu/en/>. Acessado em: 23 out. 2018.

PARUK, Farhana. **"Theories and practice of "soft power": Their relevance for China (as a rising power) in its relationship with African states"**. 2014. 301 p. Tese (Doutorado em Literatura e Filosofia). Universidade da África do Sul, África do Sul.

PwC. **"Will the shift in global economic power continue?"**. Fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/issues/the-economy/assets/world-in-2050-february-2015.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

QZ. **"Uganda is adding compulsory Chinese lessons to its high school curriculum"**. 23/12/2018. Disponível em: <https://qz.com/africa/1505985/uganda-schools-to-teach-chinese-lessons/>. Acesso em 10 jan 2019.

ROTBURG, Robert. **"China into Africa: Trade, Aid and Influence"**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1 edição, 2008.

SHAUMBAUGH, David. **"China Flexes Its Soft Power"**, 07/07/2010. Disponível em:

<https://www.brookings.edu/opinions/china-flexes-its-soft-power/>. Acessado em: 13 out. 2018.

SHINN, David. "**China in Africa: Environmental Implications and the Law**". 25/10/2015, International Policy Digest. Disponível em: <https://intpolicydigest.org/2015/10/25/china-inafrica-environmental-implications-and-the-law/>. Acessado em: 10 nov. 2018.

SUN, Yun. "**Africa in China's foreign policy**". John L. Thornton China Center and Africa Growth Initiative, Brookings, 2014, p 5. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/Africa-in-China-web_CMG7.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

TREMBLAY, Mathieu. "**L'émergence du soft power chinois**". Plateforme Québécoise de Journalisme Citoyen , 2007. Disponível em: <http://www.centpapiers.com/lemergence-dusoft-power-chinois/799/>. Acesso em: 18 ago. 2018, p. 4-506.

WASSERMAN, Herman. "**China's media in Africa: Expansion, perception, and reception**". DOC Research Institute. 3 jul. 2018. Disponível em: <https://doc-research.org/2018/07/chinas-media-africa-expansion-perception-reception/>. Acessado em: 7 set. 2018.

WRI. "**China's Overseas Investments, Explained in 10 Graphics**". 28/01/2015. Disponível em: <https://www.wri.org/blog/2015/01/china-s-overseas-investments-explained-10-graphics>. Acesso em 10 jan 2018.

XINHUA. **"High-level dialogue between CPC, African parties opens in Tanzania"**. 28/07/2018. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2018-07/18/c_137331323.htm. Acesso em: 22 agosto 2018.

_____. **"Mandarin Chinese introduced at 44 S. African schools: minister"**.

07/06/2016. Disponível em: <http://za.china-embassy.org/eng/zfgxss/t1370400.htm>. Acessado em: 04 out. 2018.

YONGNIAN, Zheng; CHI, Zhang. **"Guoji zhengzhi zhong de ruan lilian yiji dui zhongguo ruan lilian de guancha"**. Shijie jingji yu zhengzhi, v. 7, 2007.

ZAHARNA, R. S. HUBBERT, Jennifer; HARTING, Falk. **"Confucius Institutes and the**

Globalization of China's Soft Power". USC Center on Public Diplomacy at the Annenberg

School. Figueroa Press, Los Angeles, 2014. Disponível em:

<https://uscpublicdiplomacy.org/sites/uscpublicdiplomacy.org/files/useruploads/u25044/>

Confucius%20Institutes%20v2%20%281%29.pdf. Acessado em: 05 out. 2018.

ZHENG, Yongnian; ZHANG, Chi. **"Soft power' and Chinese soft power"**. 2012.